

Temer e Lula se unem ao chamar “lava jato” de caçada, diz Dallagnol

A operação “lava jato” enfrenta uma “guerra de comunicação”, ancorada em mitos e em *fake news*. E essa ofensiva contra o caso é o único ponto que une o presidente Michel Temer, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha: todos alegam que as investigações e ações contra eles não passam de “perseguição política”.

André Telles



Deltan Dallagnol disse que é preciso ter um "big bang" contra a corrupção no Brasil.
André Telles

Isso é o que afirmou o coordenador da “lava jato” em Curitiba, o procurador Deltan Dallagnol, nesta sexta-feira (30/6). Em evento promovido pelo Fórum Permanente de Segurança Pública & Execução Penal da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, na sede do Tribunal de Justiça fluminense, o procurador da República disse que os opositores da operação baseiam-se na estratégia de Joseph Goebbels, ministro de Propaganda do ditador alemão Adolf Hitler. Segundo ele, “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

Com fundamento nessa tática, avaliou Dallagnol, opositores da “lava jato” usam um exército de sites e blogs para difundir mentiras sobre o caso e desacreditar a operação. A disseminação dessas *fake news* mostra por que “pós-verdade” foi eleita a palavra de 2016 pelo dicionário *Oxford*, apontou o integrante do Ministério Público Federal.

Um dos mitos da “lava jato” destacados pelo chefe da força-tarefa é o de que as delações premiadas são “confissões forçadas”, uma espécie de tortura. A realidade, conforme o procurador, é que 70% dos termos de colaboração foram firmados com réus que jamais foram presos.

Além do mais, ele refutou a ideia de que prisões forcem delações. “Temos no Brasil 280 mil presos provisórios, e isso não gera uma onda de colaborações premiadas”, declarou, ressaltando que em todos os acordos do tipo firmados na “lava jato” a iniciativa partiu do suspeito.

Por que, então, a “lava jato” tem tantas delações? Na visão de Dallagnol, isso se deve a dois fatores. Um é o cerco probatório inicial que encurralou os dois primeiros colaboradores: o ex-diretor da Petrobras

Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef. O outro é o “efeito Marcos Valério”. A severa pena recebida pelo operador do mensalão — 40 anos de prisão — teria mostrado a criminosos que não vale a pena ser leal com comparsas e se prejudicar sozinho.

E as delações dos dois geraram um efeito dominó entre os envolvidos no esquema de corrupção na Petrobras e uma corrida entre eles para colaborar com as investigações e não serem tão prejudicados, afirmou o procurador.

Outros mitos da “lava jato”, na opinião de Dallagnol, são o excesso de prisões e a seletividade das investigações. Quanto à primeira acusação, ele disse que a operação tem mantido um índice de 10% de detidos, o que considera normal. Com relação à segunda imputação, sustentou que as apurações atingiram primeiro o PT porque, no início delas, esse era o partido que governava o país. Contudo, o aprofundamento das investigações acabou por mostrar que a iniciativa era apartidária, argumentou.

Porém, só é possível enfrentar a resistência de políticos e empresários e combater esses mitos com o apoio da sociedade, afirmou o procurador. Assim, é para conquistar e manter esse suporte, diz, que os integrantes da força-tarefa convocam coletivas de imprensa para explicar novas fases da “lava jato” e denúncias e dão entrevistas a veículos de imprensa.

Elogio ao STF

Deltan Dallagnol também elogiou a [decisão](#) do Supremo Tribunal Federal de que o Plenário só pode rever ou anular cláusulas de acordo de delação premiada homologado pelo relator se acontecer algo que justifique o ajuizamento de ação rescisória, nos termos do Código de Processo Civil.

Segundo o procurador, o STF aumentou a segurança jurídica dos termos de colaboração. “As partes precisam confiar que o acordo será cumprido. Quanto maior a insegurança, menos pessoas querem delatar, e menos crimes são revelados”, destacou.

O integrante do MPF ainda elogiou, de forma contida, a [escolha](#) de Raquel Dodge para chefiar a Procuradoria-Geral da República: “Ela tem um histórico respeitado na instituição”. Para Dallagnol, é importante que Michel Temer tenha respeitado a lista tríplice da categoria – na qual Raquel [ficou](#) em segundo lugar.

**Texto alterado às 16h08 do dia 30/6/2017 para acréscimo de informações.*

Date Created

30/06/2017